

BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAIS — FUNDADOR DO RIO GRANDE DO SUL

MOYSÉS VELLINHO

Por meados de 1736, o Brigadeiro José da Silva Pais, que chegara ao Brasil em março do ano anterior, recebe das mãos de Gomes Freire de Andrade, Governador das Capitâneas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, as Instruções que devia observar como chefe da expedição destinada a consolidar a incorporação da banda superior do Rio da Prata ao Estado do Brasil. Aí, como sentira desde cedo o P. Simão de Vasconcelos (1), assentava o suporte natural da América Portuguesa. Na projeção atlântica de sua política (2), tamanho foi o interesse que D. João V pôs em "negócio de tanta importância e de tal reputação" para a sua coroa, que o empreendimento seria objeto de ordens emanadas do próprio punho de S. M. (3). Convinha, portanto, segundo reza o provimento real, que a expedição fosse confiada a um "comandante de notória capacidade e experiência, e como todas essas circunstâncias concorrem no Brigadeiro José da Silva Pais com excesso a qualquer outro" (4), nele recairia a escolha para o novo desafio aos castelhanos, em complemento à façanha de D. Manuel Lobo, que em 1680 surpreendera Buenos Aires com a construção da Colônia do Sacramento, cuja sorte iria interessar à diplomacia européia ao longo de todo um século. Para a chefia da esquadra destinada a dar cobertura à

(1) P. Simão de Vasconcelos, S. J. — *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, Impr. Nac., Rio, 1943, 1, 18.

(2) Antônio de Sousa Pedrosa Carnaxide, Visc. de Carnaxide — *D. João V e o Brasil*, Of. Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1952.

(3) *Documentos Relativos à Col. do Sacramento*, Rev. do Inst. Hist. Bras., XXXII, 1869, 24.

(4) *Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Pais*, Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do RGS, 109 a 112, 1948, 4.

tropa de desembarque foi destacado o Coronel-do-Mar Luiz de Abreu Prego, portador de uma fé de ofício que resultaria sèriamente comprometida dêsse episódio.

Quando a expedição lusitana, organizada no Brasil a duras penas, alcançou a área de suas operações, a atribulada praça portuguesa, desgarrada em campo inimigo, estava a debater-se contra nôvo assalto, o terceiro desde sua fundação. Fechado o cêrco pela parte da campanha, só lhe restavam as arriscadas comunicações marítimas com as povoações costeiras do Brasil, sendo que a menos remota, Laguna, demorava a algumas centenas de léguas de puro deserto. Elementos valiosos na ação opressiva dos castelhanos eram ainda, como em episódios anteriores, as milícias missioneiras, armadas e adestradas pelos jesuítas espanhóis. Partidas volantes dessas milícias recorriam a área contestada em todos os sentidos, frustrando quaisquer tentativas terrestres contra o bloqueio.

No entanto, era preciso "desassombrar" a Colônia de uma vez por tôdas, desalojando o inimigo da margem superior do estuário, que os tratados já haviam considerado implicitamente como domínio de Portugal (5). Quando Silva Pais chegou à praça portuguesa, esta já estava prestes a capitular, seus muros quase em ruínas. Mas o Brigadeiro, que reunia tôdas as virtudes de um grande comandante, não se perdeu em hesitações: atirou-se contra os sitiantes com a fúria dos velhos portugueses e os pôs em debandada. D. Miguel de Salcedo tinha fracassado em seus planos. Agora era a vez de tentar o expurgo da guarnição castelhana de Montevideú. Sem esta providência, ainda então militarmente viável, a posição da Colônia do Sacramento não se manteria por muito tempo.

Anos atrás, em 1723, os portugueses haviam tentado a ocupação daquele pôsto, e teriam logrado fixar-se ali definitivamente, impondo outro destino à margem setentrional do grande estuário, se o chefe da operação, D. Miguel de Freitas Fonseca, capitulando às primeiras ameaças de Buenos Aires, não houvesse desobedecido às expressas recomendações que recebera e que previam a hipótese dessas ameaças. Tais foram o desapontamento e irritação provocados em Lisboa pelo inesperado insucesso da tentativa, que as novas instruções confiadas a Silva Pais dispunham, para escarmento dos responsáveis, que, uma vez despejado o reduto de Montevideú, não se passasse pela "indecência" de ter que abandoná-lo pela segunda vez. Lá está no grave documento, sob essa forma crua, a prévia condenação do Rei a nôvo revés, alternativa que êle já agora não podia tolerar.

Mas se antes se tratava de expulsar apenas uma guarnição desprotegida, desta feita os atacantes se defrontariam com uma fortaleza poderosa, ali erguida por levas maciças de índios missioneiros. Sua construção exigira nada menos de cinco anos e custara a vida de um sem-número dêsses operários obscuros e submissos, e tudo se fizera sem que o govêrno de Buenos

(5) Luiz Enrique Azarola Gil — *La Epopeya de Manuel Lobo*, Companhia Ibero-Americana de Publicaciones, S. A., Madrid, 1931, 74, 93.

Aires despendesse nenhum ceutil (6). Transporte, cavalhada, munição de bôca, tudo correria à conta do erário particular das Missões. Era mais uma contribuição substancial dos regulares espanhóis para a expansão e segurança dos domínios de Castela nestas partes da América.

As dificuldades da missão agora cometida a Silva Pais se tinham tornado, assim, bastante duras, talvez invencíveis. Mas era tal a importância de que se revestia aos olhos de Lisboa, que as numerosas recomendações ditas ao Brigadeiro, já antecipando a vitória das forças expedicionárias, prometiam, num assomo bem próprio do estilo da época, "glória e imortalidade" ao seu comandante não menores que às armas lusitanas.

Estava escrito, porém, que o assalto a Montevidéu não passaria de uma segunda tentativa malograda. A tremenda conspiração dos elementos, de mãos dadas com a desinteligência entre os comandos da esquadra e da tropa, não chegou a exigir da guarnição espanhola nem mesmo a mobilização de seus dispositivos de defesa. Em trânsito para a Colônia, Silva Pais tinha feito um reconhecimento bem pouco animador (7). Agora, já de volta, quando os recursos de terra e mar poderiam concentrar-se para uma ação decisiva, o plano gorara na própria casca. Diria depois o Brigadeiro a Gomes Freire: "...o que não cabe em tôda a expressão é o sentimento de ver que os temporais tão violentamente desbaratassem tudo o premeditado no Rio de Janeiro e já disposto na Ilha de Santa Catarina" (8). O pior é que não foi só a fria dos elementos que contribuiu para o malôgro do ataque. E Silva Pais bem sabia disso.

* * *

Quem ainda não debruçou a paciência na documentação reunida por J. da C. Rêgo Monteiro em sua exaustiva monografia sôbre a Colônia do Sacramento (9) não pode fazer uma idéia dos tormentos que acossaram a expedição de Silva Pais. Foi o Mestre-de-Campo, André Ribeiro Coutinho, seu imediato, quem os registrou com infatigável grandiloquência, naquela forma pastosa que nos lembra, pela sua exacerbação, o que há de mais delirante nas obras de entalhe de certos templos setecentistas do Brasil. Trata-se de uma carta maciça, estilo efervescente e clangoroso, a contar por miúdo, sempre no mesmo verbo encapelado, o que foram as peripécias que a má fortuna armou contra a esquadra portuguesa na sua luta contra temporais que revolveram tudo, céus e águas, durante dias, semanas e meses. Durante quase meio ano, a contar de 26 de agosto de 1736, apenas quatro dias de bonança! O resto do tempo "tudo tem sido desenfreados

(6) Lodovico Antônio Muratori — *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni de Padri della Compagnia de Gesù nel Paraguay*, Presso Gianbattista Pasquali, Venezia, MDCCCLIII, 161.

(7) J. da C. Rêgo Monteiro — *A Colônia do Sacramento*, Livr. do Globo, P. Alegre, 1937, 1, 268.

(8) Col. Docs. sôbre Silva Pais, Rev. cit., 28.

(9) Ob. cit.

ventos, horrendos trovões, infinitos raios, (...)” (10). O Prata, “rio do inferno”, “sem semelhante”, tomara-se mesmo de fúria. As naus de uma e outra bandeira, tresmalhadas, confundiam-se entre si na violência das coisas, misturavam-se, já não sabiam o que lhes ia pela frente, se amigo ou inimigo. O rôlo das ondas em rebelião se levantava “mais alto que os mais altos mastros”. “Uma só tormenta — resume o Mestre-de-Campo — se dividiu em muitas, ou muitas fizeram uma”. A braços com tanto infortúnio, “saímos a brigar mais com os elementos que com os homens”. Por sua vez, diria Silva Pais que o temporal era “tão furioso que parecia nos queriam comer os mares” (11).

Pois foi depois de safar-se da loucura dos vagalhões, e ainda atropelado por todos os perigos, que o chefe da expedição, talvez obedecendo a instruções reservadas, tentou acometer e arrasar Buenos Aires! Era um velho sonho, parte daquele com que o Pe. Antônio Vieira já procurava incendiar as ambições de D. João IV, e que ia, de delírio em delírio, até à conquista do Peru e do Chile (12). A tais extremos o grande jesuíta se deixaria arrastar pelas vertiginosas visões do Quinto Império! Mas o projeto, agora atacado por Silva Pais, se hoje nos parece absurdo, não se pode dizer que então não se tivesse tornado acidentalmente viável, ao menos em relação a Buenos Aires. É que D. Miguel de Salcedo, na ânsia de expugnar e destruir a Colônia do Sacramento, se passara com o grosso das forças para a margem superior do Rio da Prata a fim de apertar o cêrco da praça portuguesa, e deixara quase inteiramente desamparada a sede do governo (13). Em tais circunstâncias, um golpe de mão talvez fôsse bem sucedido se os meios de que Silva Pais dispunha fôsem adequados e se tivesse podido contar com o apoio do comandante da esquadra e do governador da Colônia. Mas nem um nem outro estavam em condições de acudir ao seu apêlo. Mesmo assim, sem recursos para o golpe com que pretendia surpreender Buenos Aires, êle tentou bloquear os navios inimigos surtos numa enseada rente à praça castelhana. Esta operação também havia de fracassar, não por ação do inimigo, mas por se ter tornado em si mesma impraticável.

O plano de Silva Pais, ainda que por demais temerário, não parece que devesse ser levado à conta de sua exclusiva responsabilidade. Prova de que Gomes Freire não lhe era estranho encontra-se numa carta por êle dirigida ao Brigadeiro em 28 de fevereiro de 1737, e na qual deplora as discordâncias que desfechariam no insucesso, pois que “se mostrava bem

(10) Ob. cit., II, 115.

(11) Col. de Docs. sobre o Brig. José da Silva Pais, Rev. cit., 20.

(12) José Honório Rodrigues — Brasil, Inst. Panamericano de Geogr. e Hist., México, 1953, 64; J. da C. Rêgo Monteiro — Ob. cit., I, 275-276; Ivan Lins — Aspectos do Padre Antônio Vieira, Livr. São José, Rio, 1956, 85 e segs.; Jaime Cortesão — Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil, Min. da Educação e Cultura, Rio, 1958, 302, 309.

(13) Carta de Silva Pais a Martinho de Mendonça de Proença de Pina, governador de Minas Gerais: «Buenos Aires todos me dizem ser fácil a entrada, e não se achando com tropas que a defendam, não seria dificultoso o saque; (...)». Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do RGS, n. 100, 1945, 247.

próprio e a tempo o projetado por V. S., em cuja ação ficavam as naus e as tropas de D. Miguel sem outro uso que o de expectadores dos nossos progressos, (...)" (14). Não podemos assim descartar a hipótese de que a operação contra Buenos Aires constituísse uma recomendação ou dispositivo reservado entre as instruções que serviram de roteiro à expedição ao Rio da Prata. O velho sonho de Antônio Vieira, agora feito carne e ação, era como se tivesse renascido, concitando, com seus acenos poderosos, aquelas almas enrijecidas pela dureza e loucura dos temporais.

* * *

Frustrado o assalto a Buenos Aires, que a rigor ficou apenas na verificação de sua impraticabilidade, Silva Pais se volta para a cláusula das instruções em que Gomes Freire punha todo o brio da expedição, isto é, a tomada de Montevideu. Aqui, já vimos o que sucedeu. Abreu Prego, comandante da esquadra, tornou inviável, por lamentável negligência, o ataque à praça ambicionada. O governador da Colônia, por seu turno, receando desamparar seu reduto, já tão castigado pelo encarniçamento do inimigo, negou o contingente solicitado. Num assomo de bravura e desespero, Silva Pais se dispôs à abordagem do navio que iludira a vigilância do Coronel-do-Mar e interceptara a entrada da baía. Foi vencido pela oposição do Conselho de Oficiais. E era uma vez Montevideu... Além do mais, tudo mudara com a chegada das naus da Espanha, como o reconheceu o próprio Brigadeiro em carta a Cristóvão Pereira. "As coisas da Colônia — comenta êle com melancolia ao Coronel de Ordenanças — tinham diferente côr do que tínhamos premeditado em Santa Catarina, (...)" (15). Mas para êle nem tudo se perdera. Pelo contrário, dirá mais tarde a Gomes Freire que "Deus foi servido por altos juízos seus se pervertesse o projeto de surpreender Montevideu, (...)" (16). Mais adiante veremos porque Silva Pais pensava assim.

Este insucesso, resultante, como tantos outros registrados pela crônica ultramarina de Portugal, da dualidade de comandos em face do mesmo objetivo, selara o destino da Colônia do Sacramento. Entre os fogos convergentes de Montevideu e dos Sete Povos, o enclave lusitano estava com os dias contados. Seu destino seria o mesmo que o da heróica fortaleza de Mazagão, encravada na costa marroquina, e eternamente exposta à incansável hostilidade dos árabes. O posto avançado da América Portuguesa defendia-se tenazmente do cerco com que os espanhóis o sufocavam, mas, sem franquia terrestre com as povoações mais próximas do Brasil, era

(14) Docs. Relativos à Col. do Sacramento, Rev. cit., 132.

(15) Id., Ibid., 161.

(16) Aurélio Pôrto — Presfido do Rio Grande de São Pedro, em «Terra Farroupilha», Volume Comemorativo do Seg. Centen. da Fundação do Rio Grande do Sul, 187.

apenas a sombra renitente de uma doutrina política pela qual Portugal tanto se vinha batendo: — o condomínio do Rio da Prata.

* * *

Em caso de malôgro do ataque a Montevidéu, as instruções impunham ao Brigadeiro estas outras duas alternativas: — a ocupação de Maldonado ou da barra do Rio Grande. Qualquer dêstes pontos, convenientemente fortificado e guarnecido, talvez ainda pudesse desempenhar papel decisivo na cobertura reclamada com urgência pela Colônia do Sacramento. A idéia da ocupação de Maldonado, baía muito exposta e de escassos recursos naturais, foi logo relegada em favor da imediata implantação de uma feitoria militar na margem inferior do sangradouro a que Pero Lopes dera, por equívoco (1531), o nome de Rio Grande de São Pedro. Ali, mau grado as temerosas advertências do Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia, que tinha por certa a repressão imediata do inimigo, (17) entrou Silva Pais no dia 19 de fevereiro de 1737. Formalizara-se, finalmente, a posse oficial da nesga litorânea que vinha sendo batida pelos primeiros tropeiros e escassamente povoada pelos desbravadores descidos de Laguna para montar suas tímidas estâncias naquela "terra mui remota das povoadas dêste reino", como dizia um dos que primeiro a cobijaram, (18) e fabricar seu charque, e semear suas pequenas lavouras de subsistência.

Por causa dos reveses no Prata, cresce, consoante observou Borges Fortes, o interêsse para impulsionar a vida do Rio Grande, "cujo desenvolvimento assumia capital importância nos planos da política colonial portuguesa" (19). Agora entrava em jôgo, em têrmos de suma gravidade, o destino histórico da raia meridional do Brasil, a qual, se negligenciada quando a própria Colônia do Sacramento se achava comprometida, ninguém poderia prever até onde a levariam os espanhóis. Daí o extremo cuidado com que em Portugal, e em certa medida nos centros principais do Brasil, se acompanhava a marcha dos acontecimentos nestes confins tão ardentemente disputados pelas potências ibéricas e talvez também, segundo as suspeitas do futuro Marquês de Pombal, pela crescente ganância da Inglaterra (20).

* * *

Afora as ligeiras abordagens de reconhecimento da costa por parte de Pero Lopes, da grande expedição de Martim Afonso de Souza ao Rio da

(17) General João Borges Fortes — Rio Grande de São Pedro, Bibl. Militar, Rio, 1941, 66.

(18) Aurélio Pôrto — Antecedentes Históricos do Povoamento do Sul, em «Terra Farroupilha», cit., 108.

(19) Gen. João Borges Fortes — Ob. cit., 62.

(20) Jaime Cortesão — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, Parte III, Tomo II, Inst. Rio Branco, Rio, 1951, 309, 344, 355, 375.

Prata (1531), admite-se que remontam a 1550 os primeiros contactos da gente portugêsa com as terras até então desconhecidas que hoje formam o Rio Grande do Sul. Eram mercadores que baixavam de São Vicente, transpunham a barra do Rio de São Pedro e subiam até os vales do Jacuí e do Taquari (21), para entreter comércio com os aborígenes. Quando os primeiros missionários espanhóis vadearam o Uruguai em 1626, encontraram vestígios dessas remotas incursões, (22) identificados não só por objetos estranhos à cultura indígena, mas até por traços erradios de mestiçagem. Eram pegadas silenciosas, então ainda pacíficas, do enorme poder de expansão geográfica e biológica dos velhos portugueses.

O P. J. B. Hafkemeyer, S. J., que foi um freqüentador metucioso de bibliotecas e arquivos, refere-se a uma expedição que teria sido realizada em 1559 por Resquin (sic), "última tentativa, debaixo da dominação espanhola, de explorar e povoar o Uruguai e o Rio Grande do Sul, pois as disposições de Carlos V foram frustradas pela adversidade" (23).

Os contactos subseqüentes com os sertões meridionais traziam intuítos piedosos. Foram as malogradas tentativas dos jesuítas da Assistência de Portugal, que se estenderam de 1605 até 1637. Com efeito, a Coleção De Angelis, divulgada pelo Itamarati sob as altas vistas de Jaime Cortesão, dá notícia de que missionários portugueses buscaram fixar-se na parte oriental da região, tendo chegado até às imediações do Guaíba (24). Esses primeiros ensaios de evangelização do gentio foram, porém, anulados pela hostilidade dos mamelucos, os quais nada pouparam contra essas obscuras tentativas de catequese, nem mesmo a aliança pecaminosa com os feiticeiros, tidos pelos padres como abomináveis agentes do demônio.

Outras incursões por parte da gente luso-brasileira, essas de caráter predatório, foram as que tiveram por alvo as reduções implantadas pelos jesuítas espanhóis à margem esquerda do Uruguai, a partir de 1626. A intervenção direta do govêrno de Buenos Aires no desbordamento da Província jesuítica do Paraguai sobre o Tape configura, ainda que sem prejuízo dos nobres intuítos apostólicos dos filhos de Santo Inácio, o caráter cumulativamente político da expansão territorial daquele importante depar-

(21) Aurélio Pôrto — Id., *Ibid.*, 108.

(22) P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. — *As Primeiras Reduções Jesuíticas do RGS*, em «Terra Farroupilha», cit., 39.

(23) P. J. B. Hafkemeyer, S. J. — *A Conquista Portuguesa do Rio Grande do Sul*, em «Anuário do Rio Grande do Sul», 1912, 104. O ilustre historiador jesuíta, que viveu e lecionou largos anos neste Estado, quis referir-se, por certo, à desastrosa expedição confiada por Felipe II, e não Carlos V, ao aventureiro D. Jayme de Rasquin, que fôra nomeado, por antecipação de suas ambicionadas conquistas, governador do «muito dilatado território espanhol existente na América». O Rio Grande do Sul e o Uruguai, ainda então Inominados, seriam frações mínimas dessa imensa área. Aconteceu, porém, que a esquadra de Rasquin, acossada por tôdas as desgraças, foi dar nas Antilhas, em pleno hemisfério setentrional... Quem divulgou larga notícia a respeito do episódio trazido à tona pelo eminente investigador argentino Enrique de Gandia foi o nosso historiador Hélio Vianna, na «Revista de Cultura Política», Ano II, N. 12, fevereiro de 1942, Rio, 3 — 15.

(24) P. Serafim Leite, S. J. — *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, Impr. Nac., Rio, 1945, VI, 471 e segs.

tamento da Assistência de Espanha. Por isso mesmo, o procurador da Coroa junto ao Conselho Ultramarino de Lisboa apressou-se a denunciar o fato como um caso de invasão dos domínios portugueses (25). É que, à míngua de tropas regulares e de gente para a conquista e povoamento dos vastos domínios que reivindicava, a Espanha recebia com alvoroço a cooperação da Companhia de Jesus.

Não demorou, porém, que os bandeirantes, à frente de seus aliados tupis, desabassem sobre as incipientes "doutrinas" dos jesuítas de Castela com o fim de arrebatá-lhes os neófitos e arrastá-los dali como escravos. As batidas dos sertanistas de São Paulo, gente dura e agreste, tocada pelos impulsos da própria sobrevivência, duraram alguns anos, deixando como resultado a frustração da primeira tentativa organizada de apropriação da margem oriental do Uruguai pelos espanhóis.

Daí por diante cai sobre a região um silêncio de meio século. Os jesuítas da Província do Paraguai, no temor de novas agressões, haviam refluído para a outra ribanceira do rio, aguardando com paciência que as voltas do tempo lhes propiciassem a retomada da empresa interrompida. Os bandeirantes, por sua vez, embora tenham seguido outros rumos em cumprimento à sua impetuosa predestinação histórica, "nunca mais esqueceram as paragens do sul" (26). Mais tarde voltariam a elas com frequência, já não, porém, como bandeirantes propriamente, senão como voluntários ou "aventureiros" engajados no serviço d'El-Rei. Já tinha passado o ciclo da preia e descida de índios. O sertanista se transformara em soldado. O que importava agora era garantir as divisas meridionais da posse lusitana e, se possível, avançá-las ainda mais. A presença dos paulistas nessa empresa foi constante e decisiva, como o foi também no povoamento das terras que iam crescendo na disputa com os castelhanos, até à configuração atual do Rio Grande.

* * *

A necessidade da conquista e ocupação do espaço geográfico interposto entre a vida costeira de Laguna e a Colônia do Sacramento se fez sentir com urgência quando os espanhóis, por meio da nova penetração dos missionários de Castela (1684), entraram a se expandir sobre essa imensa área, com a multiplicação de suas reduções, suas lavouras, suas desmarcadas vacarias, seus aprestos de guerra, suas milícias volantes. A cobiça dos luso-brasileiros, fascinados pelas promessas de riqueza dessas campanhas e sertões, manifestou-se desde cedo, antes mesmo de encerrado o século XVII. Datam de então, com efeito, as primeiras petições nesse sentido, as quais

(25) Aurélio Pôrto — Ob. cit., em «Terra Farroupilha», 110. Consulte-se Henri Handelman — *História do Brasil* (Trad. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro), Rio, 1931, 669.

(26) P. Balduino Rambo, S. J. — *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, 2.^a ed., Livr. Selbach, Pôrto Alegre, 1956, 151.

se foram amiadando progressivamente em direção ao Conselho Ultramarino, até que chegaram a mover sèriamente o interêsse da Metròpole.

Esses velhos documentos já discriminavam perfeitamente o âmbito de seu objeto, que eram as terras do futuro Continente de São Pedro, qualquer que fôsse o destino reservado à Colônia do Sacramento. No caso de se perder êsse pôsto avançado do domínio português, sempre sob ameaça, era preciso barrar a marcha dos espanhóis e impedir que a área que se distendia ao norte da banda cisplatina e litoral adentro caísse debaixo de sua alçada política.

Este o temor dos portugueses. Daí o empenho, cada vez mais cerrado, com que supplicavam ao Rei que a mandasse conquistar, povoar e defender. Referindo-se a um dos expedientes mais antigos que se conhecem neste sentido, registrado nos Anais da Biblioteca Nacional, informa Edgar Fontoura que "na consulta de 31 de outubro de 1695, quinze anos depois da criação da Colônia do Sacramento, já o Conselho Ultramarino decidia acêrca de interessante alvitre de Manuel Jordão da Silva, do Rio de Janeiro, para a fundação de uma povoação em território do Rio Grande de São Pedro" (27). Outra representação semelhante, presumivelmente anterior a 1704, se deve a quem tinha grande experiência dessas paragens, o Sargento-Mor Francisco Ribeiro, que aportara à Colônia do Sacramento em 1690, ali permanecendo em postos elevados até fins de 1703 ou começos de 1704. No documento em referência, (28) já se encarece a necessidade de levantar uma povoação fortificada no Rio Grande, além de outras que tornassem "fácil a comunicação com o Brasil por tôdas as partes". Em 1714 é a Câmara Municipal da vila de São Francisco, na costa de Santa Catarina, que pondera ao govêrno do Rio de Janeiro: "O Rio Grande é que seria muito conveniente a Sua Majestade o se povoar, em razão dos castelhanos se não adiantem" (29). Em 1721, o Sargento-Mor de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, depõe perante o govêrno do Rio de Janeiro, sôbre o que ouvira, cinco anos antes, dos moradores de Laguna, e informa que alguns dêles vieram às campanhas do sul a fim de "resgatar" gado, além de que o Capitão-Mor da vila, Domingos de Brito Peixoto, indo com os seus homens até à Serra de Botucaraí à procura de prata, tivera que retroceder devido à hostilidade dos índios missioneiros (30). Por êsse tempo, o governador de São Paulo, Antônio de Brito Menezes, também se manifesta sôbre a conveniência da colonização do Rio Grande (31). Era como que uma pulsação difusa, de procedência vária, buscando novos es-

(27) Edgar Fontoura — *O Rio Grande de São Pedro na Visão de Silva Pais*, em «Anais do 2.º Congr. de Hist. e Geografia Sul-Riogr.», P. Alegre, 1937, V. II, 94; Henr. Oscar Wiederspahn — *Os Lagunistas e Silva Pais*, *Ibid.*, Vol. III, 29.

(28) Luiz Ferrand de Almeida — *Informação de Francisco Ribeiro sôbre a Colônia do Sacramento*, Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1955, 75.

(29) Souza Docca — *Hist. do Rio Grande do Sul*, Organ. Simões, Rio, 1956, 58.

(30) Manuel Gonçalves de Aguiar — *Notícias Práticas da Costa e Povoações do Mar do Sul*, em *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do RGS*, 1927, III, Tr. 358.

(31) Edgar Fontoura — *Ob. cit.*, 76.

paços rumo ao sul. Por certidão da Câmara de Laguna sabemos que em 1726 na embocadura do Rio Grande "andaram três embarcações seis meses, na ocasião em que Antônio Vilela, do Rio de Janeiro, a queria povoar e por várias vêzes cometeram a barra e nunca puderam entrar por faltarem as marcas; (...) (32). Não cessavam os movimentos pela Integração do território, tocados pelos estímulos que partiam do Rio de Janeiro, de São Paulo, Santos e Laguna, e subiam da Colônia do Sacramento, cada vez mais animosos. Começou então, à ilhargia dos domínios Jesuíticos de Castela, o silencioso povoamento do litoral: ranchos humildes, implantação das primeiras estâncias, pequenas roças, ensaios primitivos da futura indústria da carne salgada. Por aí, depois de bordejarem as vacarias do mar, já vimos que transitavam os tropeiros, contando e descontando léguas sem fim, até alcançarem as feiras de Sorocaba e os sertões das Minas Gerais.

* * *

O certo é, porém, que nada se fazia pela efetiva segurança dos chamados distritos do sul, embora o Conselho Ultramarino, sensível aos insistentes reclamos que daqui partiam, se visse na contingência de ponderar ao soberano, em representação de 1728, que "tôda a dilação em negócio de tanta importância será muito prejudicial, (...) (33). E a dilação continuou até que o nôvo ataque à Colônia do Sacramento, em 1735, o terceiro desde sua fundação, exigiu a urgente organização e remessa da força expedicionária cujo comando foi entregue a Silva Pais.

Já nos referimos à ordem de prioridade a ser observada no curso das operações. Apesar, porém, do escalonamento previsto, considerava-se como pertencente ao mesmo jôgo de interesses o imediato povoamento e segurança da área já inscrita no complexo colonial sob a imprecisa denominação de Capitania d'El-Rei. É que se formara a consciência de que não havia apenas a Colônia do Sacramento com o seu comércio de couros e outros efeitos da rês e seu intenso e rendoso contrabando de prata e ouro com as dependências do domínio espanhol. Havia também os rebanhos inumeráveis de gado bovino, cavalari e muar, tudo alçado e sem dono, que começavam a impulsionar um nôvo comércio, êste de curso interno, praticado em escala crescente pelos tropeiros. Em seus pesados e duros itinerários de ida e volta, desde os descampados cisplatinos até os mercados das capitâncias centrais, êsses desassombrados batedores de desertos — sertanistas e aventureiros que agora se faziam mercadores de gado — iam rompendo as primeiras trilhas e ao mesmo tempo farejando as largas promessas com que lhes acenavam os domínios meridionais.

A descoberta das minas de ouro e diamante no coração do país, puxando para os garimpos gente de tôda a parte, numa romaria confusa e

(32) A. de C. Rêgo Montelro — Ob. cit., Vol II, 179.

(33) «Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro», Vol. XXXII, 1869, 44.

febril, veio dar dimensões mais amplas às relações econômicas com o extremo sul. Em virtude das próprias atividades da mineração, esses vínculos assumiriam um caráter imperioso, determinado pelas crescentes necessidades do transporte, todo feito em lombo de burro, e pelo suprimento de carne para os sôfregos arraiais que fermentavam em tórno das catas.

A posição da Colônia do Sacramento permanecia a mesma quanto à sua importância estratégica e comercial, mas já não predominava sobre as exigências, por assim dizer autônomas, dos novos problemas que se iam definindo e tomando corpo no quadro social e econômico da região. Ao passo que os tropeiros amiúdam suas jornadas, semeando pousos e currais ao longo dos roteiros primitivos, subindo e descendo pela orla atlântica, até o ponto em que, na altura do Morro dos Conventos, enviesavam para o interior e galgavam o Planalto de Curitiba rumo de Sorocaba e das Minas Gerais, o Conselho Ultramarino continua cada vez mais assediado por consultas sobre pedidos ou representações de colonos e prepostos da Coroa. Todos correm a pleitear concessões ou providências que abram novas possibilidades ao comércio nascente. Entre as providências reclamadas uma das mais constantes era a fortificação e povoamento do Rio Grande. Atento ao assédio e procedência dessas petições, D. João V encarreou vivamente a Gomes Freire, junto com as instruções sobre a expedição ao Rio da Prata, a urgência da ocupação do canal, observando-lhe mesmo que o ataque a Montevideu teria apenas um caráter de represália ao bloqueio que sufocava a Colônia: o que importava, a rigor, era tomar pé no Rio Grande, "ainda que os espanhóis tenham suspenso as hostilidades".

Enquanto isso, continuam a descer os lagunenses, que antes viviam pobremente da pesca e de outras atividades de mesquinho rendimento. Depois das primeiras entradas, chegaram a alcançar, debaixo do comando de João de Magalhães, do clã dos Brito Peixoto, a banda superior do canal, em 1725, com o fim de fixar ali, no lugar que se acredita ser hoje a cidade de São José do Norte, um posto avançado, já de caráter militar. Embora pareça que tenha tido duração efêmera a tentativa desse pioneiro, o certo é que, descobertas as pastagens naturais da nesga litorânea, aí instalaram os lagunenses suas primeiras estâncias — ranchos de barro cobertos de palha — e à sombra delas as primeiras roças, tudo muito pobre, mas tocado de animosas esperanças. Era o povoamento que se processava espontaneamente, adensando-se de preferência nas mansas lombadas de Viamão. De longe os espreitavam as sentinelas missioneiras que patrulhavam a Vacaria dos Pinhais.

Foi então que Laguna começou a esvaziar-se de seus vizinhos. O clã do Capitão-Mor da vila, que era numeroso, baixara em massa, numa verdadeira transmigração, em busco dos distritos do sul, e com êle os elementos mais afoitos do humilde núcleo costeiro (34). É que, como o juiz e

(34) Oswaldo Cabral — Laguna e Rio Grande, em «Anais do III Congr. Sul-Plogr. de Hist. e Geogr.», Livr. do Globo, P. A., 1940, Vol. III, 1898.

oficiais de sua Câmara afiançaram a Francisco de Távora, governador do Rio de Janeiro, todos ali estavam certos de "ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil" (35). Como se vê, não tinham medida as esperanças daquelas almas simples e corajosas. Além de tudo, o Governador de São Paulo, Conde de Sarzedas, tudo prometia — graças, liberdades e isenções — a quantos se dispusessem a povoar, "com a sua família ou por si", as terras do Rio Grande, pelo muito que prometem, "fazendo também a S. Majde" (36).

* * *

Tais fatos nem suas promissoras implicações políticas podiam ser estranhos ao espírito de Silva Pais. Tanto isto é exato que, mal corridos três meses de sua chegada ao Brasil, êle submete a Lisboa um projeto recomendando o "descobrimento das terras do Rio Grande (...) para o estabelecimento de uma colônia no govêrno (sic) de São Pedro do Sul" (37). No mesmo ano de 1735, êle se dirige ao Governador da Capitania de São Paulo, a respeito dos problemas do Prata, dizendo que "bem seria têrmos agora a entrada do Rio Grande ocupada e ainda fortificado aquêle rincão" (38).

Êsses documentos, bem como outros subseqüentes, nos permitem ver claramente que, embora as instruções que recebera de Gomes Freire deixassem para o fim, na gradação de seus itens, a ocupação efetiva do Rio Grande, as alternativas ali estipuladas não obedeciam a curto critério que não o da premência militar. Mas pode-se admitir, em face dos mesmos documentos, que Silva Pais teria, de bom grado, invertido a ordem preferencial das determinações superiores, até mesmo por motivos de caráter estratégico, como veremos depois. Aliás, nas instruções dadas ao comandante da esquadra, o Coronel-do-Mar Luiz de Abreu Prego, o Rei não gradua nem discrimina a importância dos respectivos itens, ressaltando mesmo, de acôrdo com representações do Conselho Ultramarino, a conveniência de "segurar a baía de São Pedro e campanhas circunvizinhas" (39).

A construção de um presídio militar na barranca meridional da barra, com o fim de garantir-lhe a posse e dar cobertura aos pioneiros que largavam de Laguna, era de suma importância, não menos para a consolidação do domínio português nesta parte do Brasil, como para a organização e estímulo de seu povoamento. As outras medidas reclamavam, na emergência, principalmente aos olhos de Gomes Freire, cuidados mais imediatos, mas isto não importava no desconhecimento de que as condições em que se desenvolviam os problemas do Rio Grande, ainda que ativamente relacionadas com a situação platina, já começavam a apresentar-se sob caracteri-

(35) Edgar Fontoura — Ob. cit., 96.

(36) Gen. João Borges Fortes — *A Frota de João de Magalhães*, em *Terra Farrôupilha*, 167.

(37) Col. de Docmts. s/ o Col. do Sacramto., em Rev. cit., 74-75.

(38) Gen. João Borges Fortes — Ob. cit., 167.

(39) Coleção cit. na referência n. 37, 9.

zação própria. E era preciso encarar êsses problemas com a máxima seriedade, independente do papel que a ocupação militar do canal pudesse desempenhar contra o bloqueio que oprimia a Colônia do Sacramento e contra a fortaleza inimiga de Montevideu. Do contrário, os castelhanos podiam antecipar-se aos portugueses na conquista do Rio Grande de São Pedro, como temiam, desde 1714, os vereadores de São Francisco, e então a expansão meridional do Brasil teria que contrair-se e recuar de seus avanços até não se sabe onde. Pode-se afirmar que já àquele tempo se começara a sentir que ao Rio Grande estava reservada, com feito, segundo o reconheceria Pandiá Calógeras, a função histórica que faria dêle a própria marca do Brasil (40).

Parece certo que Silva Pais foi dos que madrugaram nesse pressentimento. Como bom vassallo d'El-Rei, obediente às determinações superiores, tudo êle faria por cumprir com rigor as operações previstas no plano de ação com que rumou para o Rio da Prata. Mas não resta dúvida que para êle o Rio Grande era o nó vital da conquista. Desde 1735, embora contrariando, perante o Conselho Ultramarino, a teoria de Gomes Freire, o orgulhoso Capitão Geral das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, êle entendia que a ocupação militar do Rio de São Pedro se impunha com urgência e bem assim a aceleração de seu povoamento. E tanto se havia consolidado em seu espirito a idéia de meter gente no Rio Grande e convertê-lo em base de operações imediatas, que no mesmo ano, segundo se vê na correspondência dirigida ao Rei, (41) determinou que o P. Domingos Capacci procedesse a "tôda a averiguação por aquela parte", confessando-se impaciente por notícias, a fim de orientar-se "para o diante", como convinha aos seus projetos. E na carta que mandara ao sacerdote-matemático, diz, encarecendo a necessidade das "averiguações" pedidas, que, se antes convinha guardar cautela para sondar o Rio Grande, e "procurar segurar aquêle passo por jeito", agora, rompidas as hostilidades, "se o pudermos fazer por fôrça ficará melhor (...), e digo a V. R. quanto nos seria conveniente conservar a entrada do Rio naquele rincão donde se acham alguns portugueses nossos (...)" (42). Nota-se que tais diligências se anteciparam ao próprio conflito desencadeado pelo ataque à Colônia. A luta viria apenas quebrar-lhes o sigilo.

Investido no comando da expedição ao Prata, Silva Pais não perde de vista seu plano com referência à ocupação militar do Rio Grande. Por isso, ao escalar na Ilha de Santa Catarina (junho de 1736), em sua derrota para o sul, manda "catar" Cristóvão Pereira onde quer que êle estivesse para determinar-lhe que ocupasse com tropa e artilharia a margem inferior do sangradouro. O antigo contratador de couros e tabacos, depois campeador e tropeiro, já agora Coronel de Ordenanças, reúne, em cumpri-

(40) Pandiá Calógeras — *Estudos Históricos e Políticos («Brasilliana»)*, Comp. Edit. Nacional, 2.^a ed., São Paulo, 1936, 593.

(41) *Documts. s/ a Col. do Sacramento*, em *Rev. cit.*, 48.

(42) Aurélio Pôrto — *Ob. cit.*, 176.

mento às ordens recebidas, quatro companhias de voluntários de São Paulo e Santa Catarina, ao todo 160 homens, desce até Rio Grande à frente desse grupo de milicianos, levanta um fortim no lugar combinado, guarnece-o com quatro peças de pequeno calibre, (43) e toma posição em outros pontos mais para o sul. Foram as medidas preparatórias para o ato de soberania que o desembarque de Silva Pais iria selar em 19 de fevereiro de 1737.

* * *

Quando o Brigadeiro foi destacado para o serviço do Brasil aqui aportando no dia 12 de março de 1735, cumpria o disposto na Carta Régia de 14 de janeiro do mesmo ano, que o nomeava governador da Capitania do Rio de Janeiro nos impedimentos eventuais de Gomes Freire de Andrade, titular do cargo. Além de função tão honrosa, êle era portador de uma nobilitante fé de officio. Descendente de troncos modestos, sabe-se apenas que seu pai era piloto das naus do Brasil, (44) circunstância que talvez lhe tenha despertado, ainda menino, obscura fascinação pelas coisas do Nôvo Mundo (45). Silva Pais nasceu sob o reinado de D. Pedro II, e cresceu, e fêz-se homem, quando ainda feriam a tensa atmosfera de Portugal os ecos da rija e prolongada campanha que o país teve que empreender, após a libertação, em 1640, até à plena consolidação de sua soberania perante a Espanha inconformada.

Aquêle que iria construir sua história com as próprias mãos carregava pois, desde o berço, o vinco ainda quente de um dos conflitos mais obstinados entre tantos outros em que sua pequena pátria já se empenhara pela sobrevivência nacional. E estaria à altura dos graves momentos ainda reservados a Portugal fazendo-se valer pelo estudo, pelos seus fartos dons de inteligência e caráter, pelo destemor e capacidade de ação. Tais títulos o recomendariam à consideração da Côrte assim que, por alvará de 31 de agosto de 1705, êle seria investido na dignidade de cavaleiro fidalgo da Casa Real. Dessa forma, o que êle não recebera por direito de nascença, havia de alcançar por direito próprio.

Ainda sob D. Pedro II, Portugal se vê sèriamente envolvido na guerra provocada pela sucessão espanhola. Novas e tremendas lutas se desenca-deiam incendiando a Península em diferentes pontos. Silva Pais apresenta-se logo como voluntário, e naquele tempo de indiscriminação de encargos e funções, destaca-se bravamente como engenheiro e soldado. Nos papéis oficiais da época, várias vezes seu nome aparece entre os heróis a cuja intrepidez deveu Portugal a reconquista de cidades que na primeira

(43) J. da C. Rêgo Monteiro — Ob. cit., 23.

(44) Do testamento de Silva Pais (V. referência n. 47) consta um engenho de açúcar em Pernambuco. E de supor que tenha sido fruto das viagens de seu pai ao Brasil.

(45) Arthur da Motta Alves — *Contribuição para a Biografia de José da Silva Pais*, em «Boletim do Centro Rio-Grand. de Ests. Hists.», III, Rio Grande, 1941, 10.

fase do conflito haviam sido ocupadas pelo inimigo. Sua atuação sobressai extraordinariamente não apenas nessas operações de resgate, mas ainda quando portugueses e ingleses invadem a Espanha como aliados. Em 28 de janeiro de 1706, 126 anos após a humilhante entrada do Duque d'Alba em Lisboa, quando começou o longo cativeiro de Portugal (1580-1640), ele teve a fortuna de figurar na vanguarda das forças que acometeram e chegaram a ocupar a orgulhosa capital inimiga.

A Guerra da Sucessão, que durou — pode-se dizer — de 1701 a 1715, recebeu, desde o início até o desfecho, a contribuição ativa de Silva Pais (46). E foi pela eficiência e bravura de seus feitos que ele conquistou os postos mais elevados na carreira das armas. Quando morreu, já quase octogenário, ostentava os galões de Sargento-Mor-de-Batalha, o mais alto da hierarquia militar portuguesa. Então, já havia muito que retornara do Estado do Brasil, onde cumprira missão da maior transcendência política. Fôra ele, com efeito, quem, embora contravindo à orientação de seu superior hierárquico, tornou possível a incorporação das terras de São Pedro ao domínio lusitano.

Mas José da Silva Pais não trazia consigo apenas títulos e glórias militares. Espírito de vocação e formação humanística, não se deixara confinar no trato exclusivo de sua especialidade, que era a engenharia. Jamais esquecera, a despeito das vicissitudes da guerra, as seduções e apelos da literatura. Dotado de intensa curiosidade intelectual, atingiu um estágio de cultura nada vulgar no seu tempo, e menos ainda em seu meio. Apesar das campanhas em que tomou parte e dos riscos que sofreu nas lutas com a Espanha, parece que nunca interrompeu o convívio com os bons livros, sempre empenhado em estender e aprofundar o lastro de sua formação. As obras técnicas seriam, sem dúvida, objeto constante de seus estudos, mas as necessidades mais largas do espírito o levaram também a outros caminhos, os caminhos da literatura e da história, da teologia e da filosofia. Sabemos disso pelo inventário dos livros que amealhara e que figuram, título por título, no seu testamento (47). Clássicos latinos, franceses, espanhóis, e naturalmente os portugueses, ali estão em número apreciável entre os 437 volumes de sua biblioteca particular.

Para completar seu curso das coisas de Espanha e do caráter espanhol em termos de caricatura, Silva Pais não se contentava com a experiência viva: trazia ao alcance da mão a obra-prima de Cervantes, que talvez fôsse de suas leituras favoritas. É até possível que nos curtos lazeres que a vida lhe permitia nada o deleitasse tanto como as impávidas façanhas do Cavaleiro da Triste Figura...

(46) Edgar Fontoura — *Esboço Biogr. de José da Silva Pais*, Livr. do Globo, P. Alegre, 1937, 3-9; Mário Domingues — *D. João V*, Ed. Romano Tórreres, Lisboa, 1964, 46, 142, 145, 151, 198, 283.

(47) Em «Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos», Rio Grande, s/ data, 168-176.

Entre as obras de sua devoção, naturalmente um exemplar d'*Os Lusíadas*, cuja leitura seria um constante incitamento ao amor da pátria, essa mesma pátria que nascera tão pequena, mas gerara filhos que, "sofrendo tempestades e ondas cruas", puderam avançar-lhe as fronteiras a todos os mares e aos mais remotos climas. E então o ritmo poderoso de Camões lhe vibraria na alma em tôdas as vigílias e tensões de sua vida, e bem pode ser que fôsse a ressonância imperativa do épico de gênio que lhe teria soprado, em carta a Gomes Freire, quando lhe descrevia as tempestades do Rio da Prata, êstes dois perfeitos decassílabos camonianos, que lhe caíram da pena como por acaso:

*"(...) correndo com tal tempo que esta nau
se viu com os grandes mares soçobrada, (...)"*

Os severos apelos do Poeta às virtualidades e aos brios da raça por certo lhe vibravam no ânimo quando êle atravessou os mares, não apenas para restaurar ou construir fortalezas no Rio de Janeiro, Santos ou na Ilha de Santa Catarina, ou substituir eventualmente Gomes Freire no governo da Capitania. Sua condição de português constituía para êle um compromisso de fundas raízes históricas e havia de exigir-lhe muito mais: além de tentar pela fôrça a liquidação da pendência platina, cumpria-lhe sobretudo "segurar" a fronteira meridional do Brasil, implantando, como base decisiva de operações, a feitoria militar de Rio Grande, que viria a ser o verdadeiro alicerce da formação rio-grandense. O que Silva Pais lançou ali, na solidão e inconstância daquelas areias, foram as raízes de mais uma unidade a integrar o enorme complexo da civilização luso-brasileira. Inspirava-o, sem dúvida, uma larga e poderosa visão do futuro. O Rio Grande do Sul é, nos seus fundamentos, obra de José da Silva Pais. Não foi sem razão que um de seus biógrafos, o historiador Edgar Fontoura, estranhou que não se tenha encarecido, como seria justo, o feito do Brigadeiro ao lançar as bases da organização social e política do Rio Grande de São Pedro, quando é certo que êle "mudou o rumo aos planos portugueses, impondo ao problema territorial e aos futuros destinos políticos do sul do Continente conseqüências diversas daquelas previstas inicialmente" (48). Por sua vez, já antes dissera Borges Fortes que "a ocupação do Continente de São Pedro deslocava todos os argumentos diplomáticos em tôrno dos limites do sul do Brasil" (49). O certo é que a posse do litoral riograndense, garantida pela fortificação do canal, iria repercutir decisivamente na elaboração do Tratado de Madri, conferindo aos portugueses o direito de reivindicar

(48) Edgar Fontoura — *O Rio Grande de São Pedro na Visão de Silva Pais* — Obr. cit., 84-85.

(49) Gen. João Borges Fortes — *O Brigadeiro José da Silva Pais e a Fundação do Rio Grande*, Livr. do Globo, P. Alegre, 1933, 109.

a área dos Sete Povos em troca de uma praça que se tornara insustentável — a Colônia do Sacramento.

* * *

E não foram pequenas as lutas que Silva Pais teve que enfrentar para fazer prevalecer seu ponto de vista quanto à importância vital da ocupação do Rio Grande. Basta considerar as insistentes objeções que lhe opôs o prestigioso Capitão-Geral e Governador do Rio de Janeiro, sob cuja alçada se achavam as terras meridionais disputadas pela Espanha. Mas o ânimo de conquista que impulsionava o pensamento e a ação de Silva Pais fôra maior que as objeções de Gomes Freire, (50) as quais, se é verdade que buscavam amparar-se formalmente em razões de economia para o erário real, ou pretextos de natureza diplomática, nem por isso disfarçavam os sentimentos de prevenção que seu substituto eventual lhe inspirava. Consumada, porém, a ocupação, Gomes Freire acabou cedendo à fecunda obstinação do Brigadeiro, que aliás recebeu o amparo de todos os elementos responsáveis do Rio de Janeiro, quando aquêle, num ato inexplicável, resolveu, em 1738, levantar dúvidas, inteiramente extemporâneas, com relação à legitimidade da posse portuguesa do Rio Grande (51).

* * *

Ainda viva a lembrança das últimas guerras travadas na Península, as feridas ainda lhe sangrando por dentro, compreende-se a rija determinação com que Silva Pais se atirou à empresa contra os vizinhos do Prata. Sem o apoio da esquadra nem do Governador da Colônia, êle havia de fracassar, como vimos, nas primeiras investidas. No entanto, restava-lhe a última alternativa consignada nas Instruções, e êsse era, por certo, o alvo eletivo de seus planos: — a posse e imediato povoamento do Rio Grande de São Pedro.

Repitamos a data: 19 de fevereiro de 1737. Nesse dia, com tempo excepcionalmente favorável, Silva Pais pôde quebrar o sortilégio da barra e fundeou na banda inferior do Rio de São Pedro, a meio caminho da Lagoa dos Patos. Ali, como estava combinado, já o esperava nas suas rústicas fortificações o extraordinário Cristóvão Pereira de Abreu, homem talhado pelo ânimo e pela experiência para enfrentar todos os problemas da vasta região interposta entre a campanha cisplatina e os sertões de Minas Gerais, ora escaramuçando com índios e espanhóis, ora rompendo trilhas e aboiando tropas, ora levantando mapas e redigindo suas "práticas"

(50) Oliveira Viana — *Populações Meridionais do Brasil*, Livr. José Olympio Ed., Rio, II (*O Campeador Rio-Grandense*), 1952, 173.

(51) Gen. João Borges Fortes — *O Brigadeiro José da Silva Pais e a Fundação do Rio Grande*, Separata da «Rev. do Inst. e Geogr. do RGS», Livr. do Globo, 1933, 111-116.

em bom estilo, e por fim comandando voluntários. E agora ali estava êle, o valoroso tropeiro, recebendo Silva Pais à frente de suas quatro companhias protegidas por fortificações mal construídas sôbre as areias. Antes disso, êle descera até às linhas inimigas para distrair os castelhanos que bloqueavam a Colônia e dispersou uma partida de índios missioneiros (52). Estava limpo o caminho para Silva Pais.

Salvo pequenas divergências entre os historiadores, parece certo que os homens que o Brigadeiro trazia não eram mais que 254, assim discriminados: alguns oficiais, (53) 7 sargentos, 90 infantes do Rio, 59 da Bahia, 37 dragões de Minas, 37 artilheiros e diversas praças, além de 5 marinheiros, alguns paisanos e escravos. Em 1.º de novembro chega nôvo contingente militar de Minas e do Rio e uma leva de 67 colonos (54). Mais soldados foram aportando, vindos do norte e do centro do país. De São Paulo vieram também algumas famílias de índios, para ajudar no trabalho e possivelmente engrossar a população da comunidade nascente.

Esse núcleo inicial, gente de várias procedências da possessão lusitana, que se veio juntar aos pioneiros de Laguna, e dar-lhes calor, já é o espelho da formação rio-grandense. A feitoria militar se transformaria logo, de acôrdo com os planos de Silva Pais, em agrupamento social, que passaria a ser o eixo de gravitação econômica dos distritos do sul. Novos contingentes continuaram chegando, entre os quais, em levadas cada vez mais frequentes e numerosas, retirantes da Colônia do Sacramento, casais de campo e lavoura, que buscavam, sob a proteção do Presídio, recomeçar a vida de trabalho destruída pelo cêrcio que já havia quase dois anos estrangulava aquela praça de guerra.

Todos êsses elementos eram portadores do mesmo sangue político, da mesma substância cultural. O Rio Grande do Sul é o resultado, não vegetativo ou involuntário, mas dinâmico, dessa confluência múltipla de contingentes luso-brasileiros. È aí que havemos de encontrar o componente nobre do tipo social do gaúcho. Num velho estudo, publicado em 1895, já Alfredo Ferreira Rodrigues, sempre tão objetivo, afirmava que Cristóvão Pereira e seus companheiros, êle português, êstes lagunenses e paulistas, "foram os tipos de que se formou essa raça de centauros, que se chamaram mais tarde os gaúchos" (55). Ajuntaram-se-lhe em seguida, como vimos, mais soldados e povoadores, em grupos sucessivos, todos de legítima extração luso-brasileira, aos quais viriam a fundir-se eventualmente, na progressão da conquista e na generalização dos hábitos campeiros, elementos avulsos, remanescentes das antigas populações naturais. Seriam os chamados "in-

(52) Gen. João Borges Fortes — *Rio Grande de São Pedro*, cit., 62.

(53) Aurélio Pôrto — *O Regimento de Dragões do Rio Pardo na Expansão Geogr. do RGS*, em «*Rev. do Museu J. de Cast.*», N. 7, 1957, 58.

(54) Henrique Oscar Wiedersphn — *Ob. cit.*, 49.

(55) Alfredo Ferreira Rodrigues — *O Presídio do Rio Grande*, em «*Almana-que do Rio Grande do Sul*», 1895, 221.

dios vagos", que deambulavam incertos de galpão em galpão, como à procura de suas raízes perdidas.

* * *

A atividade de Silva Pais, na exígua duração de seu govêrno — dez meses mal contados — foi incansável e fecunda. A presteza, a intensidade de sua ação deixavam claro que êle não tinha nenhuma dúvida que estava lançando os alicerces de uma construção para ficar. E êste sentimento de confiança êle procurou comunicar a Gomes Freire em insistentes passos de sua correspondência. Era preciso convencer o Governador do Rio de Janeiro de que ali, no Rio Grande de São Pedro, não em Montevidéu, nem mesmo na Colônia do Sacramento, é que se devia firmar o ponto de apoio da política de Portugal em relação ao Prata. Na sua aguda intuição estratégica, o Brigadeiro entendia que o meio de livrar a Colônia do assédio que sofria, como também capturar Montevidéu, e assim tornar efetiva a ocupação militar da margem superior do Rio da Prata, sem pôr em risco a fronteira meridional já conquistada, era tomar pé no Rio de São Pedro e atacar os castelhanos pela retaguarda. Por isso mesmo, nem bem levantou ali as fortificações que pôde, já se precipitou para o sul, numa arrancada surpreendente em busca da raia inimiga.

Chefe militar austero e ardente, administrador de larga visão construtiva, tantas vêzes provado em obras de paz e de guerra, nada faltava a Silva Pais para ser, na elaboração histórica do Rio Grande do Sul, o que realmente foi: — o precursor, o visionário de seu futuro. Os historiadores que trataram dêle, entre os quais cumpre citar, desde logo, Alfredo Ferreira Rodrigues, Borges Fortes, Aurélio Pôrto, Rêgo Monteiro e Edgar Fontoura, oferecem dados minuciosos, colhidos em fontes idôneas, a respeito de suas múltiplas atividades. O primeiro dêles, por exemplo, pesquisador infatigável a cujo beneditismo tanto deve a historiografia rio-grandense, louva-se escrupulosamente na própria correspondência ativa e passiva do Brigadeiro. A êsse manancial iria bater também, como os demais, o P. J. B. Hafkemeyer para elaborar um longo e arejado ensaio sôbre a conquista portuguesa do Rio Grande do Sul (56). Hoje, o precioso documentário a que nos referimos, divulgado pelas revistas especializadas, é o logradouro franqueado a quantos procuram inteirar-se das realizações do fundador do Rio Grande. Rêgo Monteiro mergulhou até nos arquivos inéditos da Biblioteca Nacional.

* * *

Transposta a barra, o local em que Silva Pais acostou suas velas, de acôrdo com as recomendações do P. Capacci, feitas no ano anterior, foi um

(56) P. J. B. Hafkemeyer — *A Conquista Portuguesa do Rio Grande do Sul*, em «Anuário do Est. do RGS», 1912, 161-207.

raso e deserto promontório recortado à mão direita do sangradouro. E nem bem saltou em terra, atirou-se logo a trabalhar furiosamente. Onde nada mais havia senão dunas errantes, que hoje estavam aqui, amanhã desapareciam, para reaparecerem lá adiante, êle atacou imediatamente as obras do Presídio. Era urgente plantar ali, quanto antes, um marco efetivo de soberania. Aquêlé, no seu entender, sendo a única abertura acessível da costa, e a mais próxima do inimigo, era o ponto de maior conveniência estratégica para a salvaguarda e expansão da nossa fronteira meridional.

Sem perda de tempo, mandou cortar madeira numa das ilhas ribeirinhas, a dos Marinheiros, até que chegasse o material que deveria ser embarcado em Santa Catarina e Rio de Janeiro. O terreno, frouxo e fugidio, não podia ser mais ingrato. Gomes Freire se informara disso e não podia acreditar que se pudesse levantar nada em cima dêle, temendo mesmo que não passasse um ano sem que tudo se perdesse. E tomado de pessimismo, renunciava que resultaria inútil a "fadiga que êle (Silva Pais) e as tropas aturam, pois cairão os terraplenos por entre as estacas aos fossos, os quais com êste dano se entopem com a porção grande que lhes mete o vento" (57). O Governador do Rio de Janeiro, em divergência com Silva Pais tocou logo para o sul. Quem estava jogando com cartas marcadas, encontraria ali senão ruínas, tudo desmanchado pela ação dos ventos. O Brigadeiro, porém, obstinado nos seus planos, sabia o que estava fazendo, e o modo como fazê-lo. Pondo em serviço todos os seus homens, exigindo o máximo de cada um, e mais de si mesmo que dos outros, viu o que parecia impossível: as fortificações começarem a crescer daquele solo quase fluido. O trabalho desenvolveu-se em ritmo tão cerrado, tão duro, que o próprio Brigadeiro chegou a penalizar-se de sua gente. O certo é que em pouco tudo foi mudando ao ponto que já no dia 2 de março, isto é, menos de duas semanas após o desembarque, era oficiada ali, pelo P. Jerônimo Pereira, a primeira missa, naturalmente sob uma pobre ramada de faxina.

Terminada, depois de curtos meses de implacável atividade, a parte mais urgente das construções militares, feitas de estacaria e torrão, Silva Pais tocou logo para o sul. Quem estava jogando com carta marcadas, pois êle sabia que as negociações para o armistício caminhavam a passos largos e que entre suas cláusulas seria adotado o princípio do *uti possidetis*, não podia dispersar um minuto que fôsse, e então, à testa de um punhado de homens — 30 infantas, 10 dragões e alguns paisanos — empreendeu sua marcha rumo a novas posições.

O que foi a odisséia dêsse obscuro pugilo de bravos consta de extensa carta do próprio Brigadeiro ao Vice-Rei (58). Dividida a pequena tropa em duas partidas, uma segue por terra ao longo da costa, e a outra, conduzindo a artilharia, toma o São Gonçalo e desce pela Lagoa Mirim (59).

(57) Documentos Relativos à Colônia do Sacramento, em Rev. cit., 60.

(58) Id., Ibid., 143-152.

Era, por certo, a primeira vez que homens brancos singravam as águas nem sempre tranqüilas dêsse imenso lago interior. Os riscos e penas da jornada, em que Silva Pais quase pereceu com os demais expedicionários que seguiram por água, não o impediram de baixar até à Serra de São Miguel, quarenta léguas ao sul de Rio Grande, já a caminho de Maldonado, e aí lançar nôvo marco de soberania.

Deixando êsse pôsto avançado devidamente guarnecido, o Brigadeiro retornou ao ponto de origem. Entre São Miguel e Rio Grande, porém, num milagre de multiplicação dos poucos recursos com que contava, levantou mais dois redutos militares, um de cada lado da extensa Lagoa da Mangueira. Expostos à agressividade do clima costeiro, sob as chuvas e frios da estação, o chefe e seus comandados, êstes mal vestidos e rotos, só carne por alimento, sofreram na própria pele o preço da conquista. Tudo, porém, tinha que ser feito estritamente de acôrdo com a dura determinação do Brigadeiro. "Fiz mais — diria êle depois — do que se podia esperar das limitadas, cansadas e miseráveis fôrças com que me achava (...) (60).

Quando Silva Pais, cumprida sua missão, retornou ao Rio Grande, já o armistício de Paris, como êle esperava, tinha sido firmado (26 de março de 1737), pondo fim às hostilidades entre as potências ibéricas. Mas a nova da paz só alcançaria estas remotas paragens depois de consumado o avanço da posse portuguesa. Quando os espanhóis puderam abrir os olhos para as cláusulas do tratado, e resolveram ocupar seus pretendidos domínios, viram que tinham chegado tarde demais. Impelido pela vocação de império e de conquista, o Brigadeiro se antecipara a êles. E então não lhes restou senão trocar embaraçosas vênias com os senhores efetivos daquelas terras tão ricas em gado e pastagens, e contramarchar. A vindita ficaria para mais tarde.

Isto, porém, não era tudo para Silva Pais. Havia ainda uma barreira a vencer. A surda e ingrata controvérsia com Gomes Freire continuava em aberto (61) e era preciso converter a nova conquista em argumento

(59) Borges Fortes, tomando ao pé da letra certo passo da carta em que Silva Pais relata a expedição, atribui a êle a «descoberta» da Lagoa Mirim, dizendo mesmo que nenhuma referência se encontra a seu respeito nos documentos e cartas geográficas «até o advento de Silva Pais». Mas tanto é certo que o Briga-

(60) Gen. João Borges Fortes — Ob. cit., 108-109. delro não quis dizer que fôsse realmente êle o descobridor da Lagoa, que já a dá como «celebre», naturalmente porque, na trilha dos tropelros, não podia deixar de ser conhecida dêles. (O Brigadeiro José da Silva Pais e a Fundação do Rio Grande, cit., 91). Aliás, no «Roteiro por onde se deve governar quem sair por terra da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou vila de Santos», traçado por Domingos da Filgueira, em 1703, lê-se: «De Castilhos até o Rio Grande se gastam quinze dias, e tanto que se tiverem andado três ou quatro de Castilhos, se avista um lago que vai costeando a costa e vai fazer barra no Rio Grande». (Simão Pereira de Sá — História Topográfica e Bêlica da Nova Colônia do Sacramento, Tip. Leutzinger, Rio de Janeiro, 1900, XLV). Parece clara, no Roteiro de Filgueira, a referência à Lagoa Mirim, que se comunica com o Rio Grande pelo sangradouro São Gonçalo.

(61) Ainda em carta de 8 de julho de 1738, Gomes Freire teimava no seu pessimismo: «...entendo que o Rio Grande não servirá a El-Rei em tempo algum mais que de consumo de tropas e despesa (...)» (V. General João Borges Fortes — Fundação do Rio Grande, em «Anais do II Congr. de Hist. e Geogr. Sul-Rio-Grandense», 11, 217).

contra a relutância do Governador do Rio de Janeiro. E então o Brigadeiro, movido pelo receio de não ser reconhecida a importância de seu feito, proclama êle mesmo, numa aparente quebra de modéstia, que S. Excia. ficasse certo de que o que êle não empreendesse "nos termos de se poder conseguir", nenhum outro o faria, "pois são sou dos mais tímidos, e não cedo a ninguém em matéria de se expor pela serviço de Sua Majestade" (...) (62). Há, sem dúvida, neste rasgo de sua correspondência, um claro desafio às reservas que lhe opunha seu superior hierárquico. O malôgro do ataque a Montevidéu, além de outros motivos que fermentavam no espírito do alte-neiro Capitão-Geral, e que nada tinham a ver com a sorte da expedição ao Rio de Prata, não podia obscurecer a transcendência política da ocupação militar do litoral rio-grandense. Silva Pais lamentava, por certo, os reveses que a expedição sob seu comando sofrera no Rio da Prata. Tudo êle fizera por dar a vitória às armas portuguesas, mas falhara nos seus esforços menos por culpa sua, como vimos, que pela conjuração dos elementos e pela imperdoável negligência do comandante da esquadra, cuja culpabilidade, no caso de Montevidéu, seria formalmente reconhecida em processo regular.

Mas para o Brigadeiro o problema oferecia outras alternativas. A ocupação de Montevidéu representaria apenas meia solução, já que a campanha cisplatina permaneceria em mãos do inimigo. Em última análise, iríamos reproduzir ali a angustiada situação da Colônia do Sacramento: em vez de uma, seriam duas praças de guerra perigosamente desamparadas. Mais um baluarte sem cobertura por terra e logo sem condições efetivas para desafogar o primeiro. Era preciso considerar, sobretudo, que Buenos Aires, sequiosa pelo resgate integral da margem superior do Rio da Prata e pela expansão do domínio espanhol em direção ao norte, podia antecipar-se aos portugueses na conquista do canal do Rio Grande. Para evitar êsse risco mortal é que Silva Pais se encarniçava na sua teoria estratégica em oposição à de Gomes Freire: a base de operações capaz de assegurar o condomínio luso-brasileiro do Prata deveria ser estabelecida preventivamente no canal que sangra a Lagoa dos Patos. Aí e não em qualquer outro ponto.

Perfeito conhecedor dos assuntos militares submetidos ao Conselho Ultramarino, tudo leva a crer que êste pensamento o acompanhava desde Portugal. A verdade é que poucos meses depois de sua vinda para o Brasil, ainda em 1735, êle assim se refere aos melindres do problema, em carta ao Governador Proença de Pina, de Minas Gerais: "Pelo que toca ao Rio Grande, eu nunca quis interessar-me de sorte que se percebesse que o govêrno concorria para aquêle estabelecimento senão sendo só obra de particular (...) e vejo que na estação presente é justo não dar ciúme, por nenhum principio entrei na idéia de me separar das ordens do Sr. General

(62) Documentos Relativos à Colônia do Sacramento, em Rev. cit., 87.

(refere-se a Gomes Freire), (...) pois me prezo de saber servir e de não faltar à subordinação que devo ter" (...) (63). Um mês depois, o Brigadeiro volta com insistência ao assunto da ocupação imediata do Rio Grande "porque — pondera êle — me parece conveniente nos segurarmos naquele rincão donde se acham alguns portugueses, e se lhe faça aos inimigos a hostilidade que pudermos," (...) (64). Estes tópicos, extraídos de correspondência datada respectivamente de setembro e outubro de 1735, anterior, portanto, às Instruções referentes à expedição ao Rio da Prata, denunciam a clarividência com que o Brigadeiro encarava a importância estratégica da posição do Rio Grande em relação à segurança da fronteira meridional.

O futuro Conde de Bobadela era um fidalgo muito cioso de sua autoridade e hierarquia, mas Silva Pais, embora sem títulos de nascença, não era homem que se deixasse vencer pela submissão. Seguro em si e de si mesmo, curtido na guerra, vimos que êle procurara cumprir com extrema bravura, com temeridade mesmo, as ordens recebidas, porém agora lhe chegara a vez de comprovar a validade de sua concepção estratégica. Instalado no Rio de São Pedro e senhor da costa que daí corria até São Miguel, quarenta léguas ao sul, êle se opunha aos desalentos de Gomes Freire, diante dos reveses do Prata, dizendo-lhe com energia e determinação: "... estou tão firme que o Rio Grande é tanto melhor para se conservar que Montevidéu, e ainda a Colônia, que, se pusesse em questão, e fôsse preciso largar êste ou aquêlê presidio, votara se devia largar aquêlê e adiantar êste, pois aqui se podem tirar os mesmos interêsses que do outro," (...) (65). O Brigadeiro estava convencido de que, para quebrar de vez o assédio da Colônia, e mesmo expelir o inimigo de Montevidéu, só no Rio Grande "se pode formar corpo que o possa fazer, e ainda inquietar os inimigos, fazendo-lhes tal diversão que os obrigue a levantar o bloqueio ou perderem Montevidéu" (66).

Se suas previsões neste sentido deixaram de confirmar-se foi porque o plano nem sequer chegou a ser tentado. Teoricamente sua viabilidade parecia líquida. Mas ponha-se, de logo, esta questão: o erário real, esfolado pela mania de grandeza de D. João V, estaria porventura em condições de prover o estabelecimento de Rio Grande dos meios necessários ao cumprimento do papel em que Silva Pais depositava tanta confiança? Sabemos que não. Os caudais de ouro do Brasil que nundavam Portugal não eram suficientes para aplacar os caprichos e fantasias do soberano perdulário. Nesta altura da conquista, já nada sobrava para a defesa e aumento das nossas fronteiras. Nem mesmo para vestir e pagar a tropa. A rebelião dos dragões, em 1742, fala por si.

* * *

(63) e (64) Cartas do Brig. J. da Silva Pais, em «Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do RGS», 1945, IV Trim., 293.

(65) e (66) Documentos Relativos à Colônia do Sacramento, em «Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Brasil», Rio de Janeiro, 1869, 89.

Mas o Brigadeiro tinha cumprido a sua parte. Inplantado o marco de soberania no Cêrro de São Miguel, e construídos outros redutos no litoral, vimos que êle voltou ao Presídio para reformar a obra encetada. Já com a visão posta no futuro, êle continua a bater os alicerces sôbre os quais se ergueria, não apenas uma cidade, mas construção mais vasta. Foi ali, com efeito, que o Continente, que iria transformar-se em Capitania e depois na Província de São Pedro, encontrou segurança para crescer. Não há dúvida de que o pensamento de Silva Pais, na sua condição de primeiro comandante do Rio Grande e seu "continente", ia muito além dos interesses estritamente subordinados ao argumento estratégico. Êle tinha consciência do que estava fazendo. Quando Gomes Freire, sempre inconformado com os insucessos platinos, o interpela, com mais disfarçado desdém, sôbre que vantagens "poderá ter Sua Majestade dêste nôvo estabelecimento", quem vai responder ao Governador do Rio de Janeiro não é o comandante militar que vinha de uma emprêsa parcialmente frustrada e sim já o estadista que, sem tirar os pés do chão nem a mira do inimigo, olhava para a frente, como se já vislumbrasse por antecipação o futuro reservado à nova conquista. São palavras suas: "(...) ainda que não possa dar inteira informação, porque todo me entrego em segurar êste pôrto e a sua guarnição, por ora me parece que pode dar mais que quaisquer dos outros até êsse Rio (Rio de Janeiro), por ser capaz a terra de dar admiráveis frutos, poderem-se estabelecer currais de tôda a casta (...), proverem-se de muitos gados as terras do norte (...), de se fazer quantidade de charque e peixe sêco, e ainda poderem aqui vir comerciar os castelhanos, introduzir-nos com muita facilidade os minuanos os cavalos que quisermos" (67). Aí está, traçado com surpreendente lucidez, o contôrno de interesses que já apareciam, aos seus olhos de estadista, como valores econômicos independentes da função exclusivamente estratégica do Presídio. Até mesmo o caráter nacional da atividade dos tropeiros é pôsto em evidência, o que mostra como Silva Pais reconheceu, desde logo, a contribuição do Rio Grande e de suas riquezas para a complementação econômica do país, principalmente no que dizia respeito à subsistência dos núcleos de mineração das Capitânicas do Centro. No seu entusiasmo, êle também dirá, corajosamente, que o Rio Grande "promete mais vantagens que a Colônia e Montevidéu" (68). Gomes Freire terá recebido essas palavras como uma verdadeira provocação.

Mangas arregaçadas, cheio de confiança, o Brigadeiro não esmorece na sua faina criadora. Como se fôsse aquela, e não outra, a hora de fazer tudo, êle reclama do Governador do Rio de Janeiro, cuja alçada cobria os distritos do sul, não apenas município de guerra e de bôca, nem só fardamento e sôlido para a tropa, ou canhões e artilheiros: o que êle pede com o mesmo calor é gente para o povoamento, são casais, são mulheres, muitas mulheres, ainda que erradas, pois aqui, à falta de outras, logo acha-

(67) Id., *Ibid.*, 121.

(68) Id., *Ibid.*, 160.

riam estado, como êle dizia, e breve estariam convertidas em boas mães de família. Mais tarde, já no govêrno da Ilha de Santa Catarina, êle louvava ao Prior de Chaves, em Portugal, a terra que goza "o melhor clima que tem a América", pois não havia ali nem sezões nem febres malignas, e as mulheres que "iam sem cura, melhoraram, e pariram quase tôdas" (69).

Empenhado em assegurar a conquista de "um país tão pingue e abundante", e mesmo retomar o plano de levar a América Portuguêsa até sua raia natural, o Rio da Prata, Silva Pais entendia que nem uma nem outra coisa seriam possíveis se não se criassem ao mesmo tempo condições que permitissem a radicação de famílias capazes de consolidar, pela ocupação civil das novas áreas incorporadas, os feitos militares. Era êste o pensamento que o perseguia desde que se dispusera a fixar os portugueses no Rio Grande e garantir-lhes pelas armas a posse da terra (70). O Conselho Ultramarino, provocado por êle, manifestou-se no mesmo sentido perante o Rei, ponderando a Sua Majestade que o povoamento "será o que melhor decida a questão de limites que há entre as duas coroas" (71).

Tais idéias — não é demais insistir — haviam madrugado no largo espírito do Brigadeiro, já antes da expedição ao sul. Por isso mesmo êle considerava as fortificações do canal e de outros pontos da costa rio-grandense tão importantes e tão urgentes quanto a intensificação do povoamento sob o estímulo das atividades do campo e do amanho da terra. Ao clamar pela pronta remessa de famílias, êle diz, e o repete, numa perfeita visão das coisas, que são elas, as famílias, as "raízes mais fortes que aqui podemos lançar" (72). Sempre, nos confins do Rio Grande, como alhures, o ânimo colonizador dos portugueses opera lado a lado com sua vocação de domínio. Os velhos lusitanos sabiam que a consolidação de suas conquistas seria necessariamente, e antes de mais nada, uma obra de geografia humana. O Rio Grande do Sul nasceu e se desenvolveu sob a inspiração dessa política, aqui inaugurada com tanta clarividência pelo seu bravo e ilustre fundador.

Em dezembro de 1737, sem haver cumprido sequer um ano de govêrno, mas tendo realizado em período tão curto, graças ao seu dom de ver longe e à sua capacidade de fazer logo, uma obra decisiva de afirmação e de império, o Brigadeiro retirou-se do Rio Grande de São Pedro. Na quali-

(69) Dêste saboroso testemunho de Silva Pais, que se encontra na importante Biblioteca de Évora, Portugal, sob código CV/1-7, o Prof. Gullhermino César extraiu e nos cedeu uma cópia.

(70) Já no govêrno da Ilha da Santa Catarina, o Brigadeiro ainda insiste junto a Gomes Freire: «(...) espero que todos os dias se vão descobrindo nesta nova descoberta maiores conveniências para que se acabem de convencer alguns que o impugnam, não sendo de menos consequência o habilitar gente ao serviço daquelas campanhas que é só o meio de as conservar (...) como se reconhecerá melhor nas conferências que se fizerem para o ajuste da paz.» (Em João Borges Fortes — Ob. cit., 108).

(71) Cit. por Aurélio Pôrto — *Antecedentes Históricos do Povoamento do Sul*, em «Terra Farroupilha», já cit., 141.

(72) *Documentos Relativos à Colonização do Sacramento*, em Rev. cit., 80, 166.

dade de substituto de Gomes Freire, cuja presença fôra reclamada em Minas Gerais, iria exercer pela segunda vez as funções de Governador do Rio de Janeiro. Lá o aguardavam instruções que muito haviam de amargurá-lo, por insólitas, mesquinhas, até humilhantes. Trata-se de um documento que diz bem de como eram realmente difíceis e ingratas as relações entre os pró-homens de ultramar. Quanta suspicácia e prevenção! Principalmente por parte dos titulares contra seus substitutos presuntivos. As vênias convencionais não podiam ser mais ardentes, mas debaixo dos cumprimentos e rapapés do estilo pareciam mover-se, no ânimo dos superiores hierárquicos, receios difusos de felonias ou traições.

O que importa aqui, porém, é que naquele alto pôsto, a cuja alçada pertencia o Continente, Silva Pais se manteria atento aos interesses vitais do estabelecimento que fundara e de sua evolução como eixo estratégico, social e econômico dos distritos do sul. Passando depois para o govêrno de Santa Catarina, ao qual o Continente de São Pedro se achava administrativamente vinculado, continuaria a promover e incentivar a vinda de colonos para o sul, devidamente apercebidos de sementes e implementos agrários.

Ao Rio Grande êle viria mais uma vez antes de regressar definitivamente a Portugal, em 1747, após doze anos de permanência no Brasil. A grave rebelião dos dragões, por mal comandados e mal pagos, já em farrapos, impusera sua imediata intervenção pessoal. Em pouco a disciplina se restabeleceria. É que Silva Pais conhecia bem os homens que o ajudaram a construir o Rio Grande. E sabia como lidar com êles.

* * *

O empenho pela adjudicação efetiva do Rio Grande à jurisdição de Portugal, pela sua ocupação militar e povoamento, empenho que começaria a grelar, como já referimos, desde fins do século XVII, e o temor de que os castelhanos, que se davam por donos da mesma área, se antecipassem aos portugueses, foi crescendo sempre mais e contagiando o ânimo aventureiro de vários colonos, tantas eram as promessas que os campos e sertões meridionais da América Portuguesa ofereciam. O certo é que o Brigadeiro José da Silva Pais, engenheiro militar experimentado, homem de guerra e de boa formação humanística, iria apaixonar-se particularmente pelo plano já tantas vêzes levado à alta consideração da Coroa, sem que até então nada se empreendesse oficialmente pela sua realização, embora já os pioneiros de Laguna, baixando pela costa, viessem plantando suas humildes estâncias de criação e semeando as primeiras lavouras, num desafio desarmado aos espanhóis, senhores dos Sete Povos e da vasta campanha cisplatina, onde mal se agüentava, enquistada em si mesma e sangrando sempre, a Colônia do Sacramento.

Tomando a si o grave problema, Silva Pais lutou por êle desde cedo, empenhando obstinadamente seu voto perante o Conselho Ultramarino, antes mesmo de fazer-se de vela para o Brasil. Vitorioso seu ponto de vista, que encontrara séria resistência da parte de Gomes Freire, vêmo-lo finalmente empregar tôdas as fôrças de sua ação militar e administrativa em favor da causa que fizera sua.

Se perdemos, no extremo sul, a chave natural da nossa configuração geográfica, ainda assim iria concretizar-se, por sua determinação e clarividência, o primeiro ato de soberania visando à integração meridional do Brasil. Êsse ato teve conseqüências enormes. O pequeno reduto implantado pelo Brigadeiro na margem inferior do Rio de São Pedro foi semente que se fêz planta. A planta cresceu para dar sombra à gente que já vinha de Laguna, e estimulou, e garantiu a expansão do povoamento, tornando-se a origem do Continente e portanto do hoje Estado do Rio Grande do Sul. Sem a presteza, a sabedoria e a combatividade com que Silva Pais agiu, guarnecendo o litoral em seus pontos vulneráveis e acelerando o povoamento da nova conquista, ninguém poderia responder pela sua incorporação efetiva ao complexo luso-brasileiro.

O ilustre cabo-de-guerra português possuía, sem dúvida, entre os altos atributos de sua personalidade, o sentido, a intuição do futuro. Muitos poderiam enganar-se quanto à predestinação do Continente de São Pedro. Êle, não.

